



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA-LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA-FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

FRANCINEIDE DE ALMEIDA SOUSA

**DESAFIOS DA INCLUSÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE
EDUCACIONAL: Percepções de Professores Da EMEF “Pantanal
de Areia”, em Itaituba- Pará**

ITAITUBA/ PA

2021

FRANCINEIDE DE ALMEIDA SOUSA

**DESAFIOS DA INCLUSÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE
EDUCACIONAL: Percepções de Professores Da EMEF “Pantanal
de Areia”, em Itaituba- Pará**

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso
de Pedagogia da Faculdade de Itaituba-
FAI, para obtenção do título de
Licenciatura Plena do Curso de
Pedagogia.

Orientadora: Profa. Lucia Maria da Costa
Cruz, Esp.

ITAITUBA/ PA

2021

FRANCINEIDE DE ALMEIDA SOUSA

**DESAFIOS DA INCLUSÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE EDUCACIONAL:
Percepções de Professores Da EMEF "Pantanal de Areia", em Itaituba- Pará**

Monografia de Graduação apresentada para
obtenção do título de Licenciatura Plena em
Pedagogia da Faculdade de Itaituba.

Orientadora: Prof.^a Lucia Maria Costa Cruz, Esp.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ **Nota:** _____
Prof.^a. Lucia Maria da costa Cruz, Esp.

Avaliador 1: _____ **Nota:** _____
Prof.^a. Margaret Ferreira de Aguiar, Esp.

Avaliador: _____ **Nota:** _____
Prof.^a. Edilane da Silva Melo, Esp.

Resultado: _____ **Média:** _____

Data: 06 de Julho de 2021

Dedico este trabalho a Deus,
pelo amor supremo e à minha
família, pela inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e coragem para vencer essa caminhada;

Ao meu esposo Valdecir de Jesus Pinheiro por ter me ajudado nessa caminhada de quatro anos, que mesmo com as dificuldades, conseguimos vencer por unirmos forças e fé;

Agradeço ao Ser Divino por ter colocado em minha vida, que se chamam Jacilen Rodrigues Cunha, Lorena Da Silva Medrado, Alessandra Mendes dos Santos Leal, Hivana Fernandes Helwing Brito, que me fazem continuar;

Aos professores da Faculdade de Itaituba- FAI, por compartilharem conhecimentos;

À minha orientadora Lucia Maria da Costa Cruz, pela dedicação durante as orientações;

Meus agradecimentos ao prof. Dr. Francisco Cláudio, coordenador do curso de Pedagogia da Faculdade, pelo empenho e compreensão, a todos dedicados;

À Naine da Silva Moraes e a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação, mais uma vitória em minha vida.

"Olha de novo: não existem brancos, não existem amarelos, não existem negros: somos todos arco-íris". (Ulisses Tavares)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo analisar os desafios da inclusão do negro na sociedade educacional, cujo projeto foi desenvolvido na EMEIEF Pantanal de Areia, em Itaituba- Pará, no período de Setembro de 2020. Buscou-se responder aos questionamentos: Quais desafios dos negros para a inserção no ambiente educacional? Quais os olhares que alunos e professores têm sobre a inclusão destes no ambiente escolar? A escola está preparada para a inclusão do negro, sem preconceito e discriminação? A metodologia adotada será baseada em uma pesquisa bibliográfica e uma investigação na abordagem qualitativa exploratória e analítica cujo estudo será realizado com professores da EMEF "Pantanal de Areia", em Itaituba- Pará. Este foi estruturado em três capítulos, com uma abordagem histórica dos negros no Brasil, os desafios de ser negro na sociedade educacional e retratou os desafios da inclusão do negro na sociedade educacional. Para se chegar aos resultados, procedeu-se metodologicamente com a coleta e análise dos dados, suas discursões, comentários e a conclusão de todo o trabalho. Portanto, através deste estudo, pode-se perceber que no decorrer da História do Brasil, os negros passaram por vários períodos difíceis na sociedade, não eram reconhecidos como seres humanos, mas sim como objetos, sofrendo todos os tipos de abusos e discriminações, sem direito à inclusão.

Palavras- chave: Inclusão. Negro. Sociedade Educacional

ABSTRACT

This Course Conclusion Work aimed to analyze the challenges of including black people in educational society, whose project was developed at: EMEIEF Pantanal de Areia, in Itaituba- Pará, in the period of September 2020. It sought to answer the following questions: What challenges do black people have for their insertion in the educational environment? What views do students and teachers have on their inclusion in the school environment? Is the school prepared for the inclusion of black people, without prejudice and discrimination? The adopted methodology will be based on a bibliographical research and an investigation in the exploratory and analytical qualitative approach whose study will be carried out with professors from the EMEF "Pantanal de Areia", in Itaituba- Pará. It was structured in three chapters, with a historical approach of the black people in Brazil, the challenges of being black in the educational society and portrayed the challenges of including black people in the educational society. In order to arrive at the results, we proceeded methodologically with the collection and analysis of data, their speeches, comments and the conclusion of the entire work. Therefore, through this study, it can be seen that throughout the history of Brazil, blacks have gone through several difficult periods in society, they were not recognized as human beings, but as objects, suffering all kinds of abuse and discrimination, without right to inclusion.

Keywords: Inclusion. Black. Educational Society

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Para você, por que há casos de preconceitos racistas em relação ao negro?	46
QUADRO 02	Você já deparou- se com situação de preconceito em sala de aula? Comente sobre.....	47
QUADRO 03	Quais desafios dos negros para a inserção no ambiente educacional?	48
QUADRO 04	Quais os olhares que alunos e professores têm sobre a inclusão destes, no ambiente escolar?	49
QUADRO 05	A escola está preparada para a inclusão do negro, sem preconceito e discriminação? Justifique sua resposta.....	50
QUADRO 06	A escola trabalha o preconceito e o racismo? Como?.....	50
QUADRO 07	Do seu ponto de vista, o que fazer para amenizar o racismo, em pleno século XXI, onde deve prevalecer a cidadania e os direito de todos, à educação ?	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 ABORDAGEM HISTÓRICA DOS NEGROS NO BRASIL.....	14
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA ETNIA NEGRA NO BRASIL.....	14
1.2 O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA ATUAL	19
1.3 A PRESENÇA NEGRA NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	23
2 DESAFIOS DE SER NEGRO NA SOCIEDADE EDUCACIONAL.....	29
2.1 UM OLHAR DIFERENCIADO PARA OUTRAS ETNIAS	29
2.1 A ESCOLA COMO AMBIENTE EDUCACIONAL DAS DIVERSIDADES	34
2.3 O PROFESSOR E AS PRÁTICAS ORIENTADAS PARA O DIFERENTE	30
3 DESAFIOS DA INCLUSÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE EDUCACIONAL: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DA EMEF “PANTANAL DE AREIA”, EM ITAITUBA- PARÁ.....	44
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA	44
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS.....	46
3.4 RESULTADO DA PESQUISA COM OS PROFESSORES	46
3.5 PROPOSTAS CONTRIBUINTES	52
CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICES	57

INTRODUÇÃO

Com o fim da escravidão no Brasil, a população negra colocou-se perante o desafio de buscar a sua integração na nova sociedade que começava a se modernizar. E falar sobre os desafios da inclusão do negro na sociedade educacional, devemos antes de tudo relembrar a historiografia da escravidão no Brasil no período colonial e imperial. Pois a própria legislação proibia a escolarização de crianças escravas e as crianças negras livres tinham “direitos”, ou seja, os negros libertos não havia impedimento legal em frequentar a escola, mas tinham de comprovar ser livres. No entanto, havia a negação das autoridades à educação de cativos libertos. Toda via abordar uma história de exclusão, de desigualdades sociais, discriminação, subtração da cidadania e também na historiografia da educação brasileira, que se reflete ainda no século XXI, é uma tarefa árdua.

Para compreender sobre a trajetória da educação dos negros no Brasil existe a Lei 10.639/03, que oficializa o dia 20 de novembro como dia Nacional da Consciência Negra, e que torna obrigatório o ensino de Cultura Afro-brasileira. Mais tarde ainda foi sancionada a Lei 12.711/12, que abre as portas de acesso à educação superior, não só tornando a população negra representada através de sua história e cultura, como os colocando em um novo patamar, o de protagonista e produtores do seu próprio conhecimento, garantindo a estes o acesso às universidades públicas e privadas através das cotas raciais.

Desta forma, este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo analisar os desafios da inclusão do negro na sociedade educacional: Percepções de professores da EMEIEF Pantanal de Areia, em Itaituba- Pará. Por isso, levantou-se alguns questionamentos que nortearam esta pesquisa como: Quais desafios dos negros para a inserção no ambiente educacional? Quais os olhares que alunos e professores têm sobre a inclusão destes no ambiente escolar? A escola está preparada para a inclusão do negro, sem preconceito e discriminação? A metodologia adotada será baseada em uma pesquisa bibliográfica e uma investigação na abordagem qualitativa exploratória e analítica cujo estudo será realizado com professores da EMEF “Pantanal de Areia”, em Itaituba- Pará.

O referido trabalho está dividido em três capítulos, sendo que o primeiro faz uma abordagem histórica dos negros no Brasil, seu contexto histórico da etnia

negra no Brasil, Bem como o negro na sociedade brasileira atual e a presença negra no contexto educacional.

O segundo capítulo traz os desafios de ser negro na sociedade educacional, um olhar diferenciado para outras etnias, também ressalta sobre a escola como ambiente educacional das diversidades e o professor e as práticas orientadas para o diferente.

E por fim o terceiro capítulo que retratou os desafios da inclusão do negro na sociedade educacional na escola citada acima, a caracterização da instituição investigada, os procedimentos metodológicos, os perfis dos entrevistados, a coleta e análise dos dados coletados com suas discursões e comentários e a conclusão de todo o trabalho.

Portanto, através deste estudo, pode-se perceber que no decorrer da História do Brasil, os negros passaram por vários períodos difíceis, não eram reconhecidos como seres humanos, mas sim como objetos, sofrendo todos os tipos de abusos e discriminações. Na educação brasileira, no momento atual, deve-se compreender as lutas vencidas, os fatores que as ameaçam; e as lutas políticas que se tem que enfrentar para conquistar a igualdade racial em educação, é preciso contextualizá-la em função das forças políticas que ora fazem prosseguir e ora ameaçam as conquistas obtidas.

1 ABORDAGEM HISTÓRICA DOS NEGROS NO BRASIL

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA ETNIA NEGRA NO BRASIL

Embora o racismo ainda não seja um assunto discutido abertamente entre os brasileiros, percebe-se que o preconceito sobre os negros e os seus descendentes encontra-se na história recente do Brasil, principalmente nos três séculos de escravidão, e pelas escassas políticas de inserção desses sujeitos na sociedade, especialmente após a Abolição da Escravatura em 13 de maio de 1888.

Para falar sobre o negro na educação brasileira, no momento atual, compreender as conquistas, os fatores que as ameaçam; e as lutas políticas que tem-se que enfrentar para conquistar a igualdade racial em educação, é preciso contextualizá-la em função das forças políticas que ora fazem avançar e ora ameaçam as vitórias alcançadas.

O que consta é que a partir do século XVI o tráfico de africanos para o Brasil tornou-se um negócio altamente lucrativo para comerciantes dos dois lados do Atlântico. Período que se constitui numa mancha difícil de apagar, em decorrências das duras viagens que perduravam em média 45 a 50 dias, caso a viagem partisse do centro sul da África e a média de escravos em cada porão dos navios negreiros eram de 400 a 500 pessoas. O ponto de parada, não era só o Brasil, mas, em várias partes do mundo, onde seriam vendidos como mercadorias.

As negociações envolviam várias etapas, eram lentas e com gestos cheios de significados simbólicos. Os navios tinham que pagar taxas de ancoragem, e os capitães ofereciam presentes para os chefes locais ou para os representantes dos reis, que moraram no interior do continente. Estes geralmente eram presenteados com tecidos finos, como brocados, veludos e sedas, com botas de couro, chapéus emplumados, casacos agaloados, punhais e espadas trabalhadas, pipas de bebidas destiladas, cavalos e uma variedade de produtos que indicavam prestígio. (SOUZA, 2008, p. 59).

Entretanto, quando estes chegavam aos portos do Brasil, em Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Vicente, o processo de ancoragem e da negociação dominava um grande espaço de tempo. A cada dia as trocas de escravos por mercadorias se arrastavam, os africanos escravizados eram distribuídos para as diferentes localidades para realizar todo tipo de trabalho.

Eram retirados dos porões e repartidos aos lotes independentemente de serem ou não da mesma família. Souza (2008, p.84), ressalta que "muito poucas

vezes conseguiam manter-se próximas de conhecidos e familiares mesmo quando todos eram capturados juntos”, não se dava importância a estes fatos, era como se eles não tivessem alma, sentimento, amor ou fossem insensíveis à dor, a fome, aos maus tratos, os que não sobreviviam aos maus tratos e a fome, eram jogados ao mar durante a travessia do oceano atlântico em direção ao Brasil. Na história, estes navios ficaram conhecidos como tumbeiro, pelo elevado número de mortes ocorridas durante a travessia do oceano.

Durante o século XVI, inicia-se no Brasil a era do ciclo das grandes plantações necessitando então de mão-de-obra barata da qual poderiam se obter através dos negros que foram trazidos e comprados da África, uma grande quantidade de pessoas retiradas de seus locais de origem para terem sua força de trabalho aplicada em terras no Brasil, essa retirada foi forçada, onde essas pessoas acabavam sendo escravizadas.

Os escravos eram vendidos para os donos de terras, só saíam para trabalhar, e ao fim do dia, voltavam para dormir, era mão de obra farta e barata, que se dirigiram primeiramente para trabalhar no litoral, no corte do pau-brasil e, posteriormente os canaviais, em regiões longínquas para trabalhar na mineração, na criação de gado, no cultivo de cacau, nas charqueadas, na exploração das “drogas do sertão”.

A partir do momento em que eles eram vendidos eram submetidos a qualquer tipo de trabalho ordenado pelos seus senhores. Freneticamente, Portugal descobriu a solução para o povoamento e colonização do Brasil na importação de africanos através do tráfico de escravos. Gilberto Freyre (2003) ressalta que:

Tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional sendo que entre nós através das grandes famílias proprietárias e autônomas: Senhores de engenhos com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens. (FREYRE, 2003, p. 33).

De acordo com o exposto, relativo ao desenvolvimento brasileiro, tanto o Brasil como Portugal tinham alguma ideia voltada para a política, da qual estava ligada ao poder econômico, isso foi desde o princípio, um elemento muito importante para a formação do nosso país e, sobretudo, esse foi o fio da meada para o surgimento da escravidão no Brasil.

Dessa forma, não somente no Brasil, do mesmo modo em vários outros países, para atender a demanda da produção das lavouras, tiveram uma grande oportunidade de resolver os seus problemas através da mão-de-obra escrava que era muito grande. E ao mesmo tempo queriam ampliar o lucro com a agroexportadora, que seria desenvolvida no Brasil em tempo futuro.

Os escravos serviam não só nas lavouras, eles eram à base da economia naquela época, pois seus senhores os obrigavam aos diversos trabalhos mais forçados. Era considerado um patrimônio, uma demonstração de ostentação. Perder um escravo significa um prejuízo de grandes proporções.

Diante disso, muitos escravos de ganho foram treinados em ofícios especializados, como carpinteiros, marceneiros e pedreiros, o que fazia com que seu preço se valorizasse muito diante da escassez de mão de obra para estes serviços. Escravos cozinheiros eram muito valorizados no século XIX para o serviço em hotéis em Salvador.

Os senhores chamavam os africanos que eram adquiridos e passavam a ser mercadoria, do seguinte modo: Os que não falavam português e desconheciam os costumes da terra, eram chamados de boçais. Os que aprendiam falar português adaptaram aos costumes da nova terra eram chamados de ladinos. Os que nasciam no Brasil e tinham o português como sua primeira língua, era chamada de crioulos.

O sistema de escravidão no Brasil desde o primeiro século de colonização conviveu com a possibilidade de libertação por meio da prática da alforria. O que constitui afirmar que ser negro no Brasil desde os períodos da colônia não era igual ser escravo ou que a sociedade não era formada apenas, por senhores brancos de um lado e negros escravizados de outro.

Embora se defina os escravizados como sujeitos que apenas recebiam os maus tratos e o caráter violento dos seus senhores existia entre eles os revoltados, com reações de planejamentos de fugas, massacres contra a família dos seus senhores; até as mais pacíficas, como a negociação de uma carta de alforria.

Durante muitos anos, no Brasil, acreditou-se que o africano escravizado sofreu de maneira passiva todos os maus-tratos praticados pelos seus senhores. Essa crença interferiu e interfere, ainda, hoje, no imaginário construído em nossa sociedade a respeito dos nossos antepassados africanos e dos seus descendentes na atualidade: os negros e as negras brasileiras. (MUNANGA; LIMA; 2006, p.67).

De acordo com o exposto, há contradições, pois não sofreram de maneira passiva, lutaram contra seus senhores defendendo sua liberdade e seus deveres, até mesmo fugindo, quando não eram recapturados, passavam a viver nos quilombos. No início, apenas aglomerados de palhoças entregues a própria sorte a qualquer momento ser capturado pela figura dos Capitães do Mato que eram contratados para capturar os escravos nas matas ou onde estivessem mediante recompensa, quando capturados as punições aos escravizados apreendidos após uma fuga eram extremamente severas, podendo, às vezes, o castigo exemplar recebido resultar em sua morte. Frente a isso, não deixa de ser surpreendente ser a fuga uma das formas mais comuns de resistência escrava. A fuga era, portanto, também um ato de coragem do escravizado.

A escravidão no Brasil perdurou por muito tempo com muita crueldade pela classe dominante, que a qualquer custo queriam em curto prazo o seu lucro sobre o que eles haviam investidos. No entanto, os escravos trabalhavam muito, para darem o retorno do que os seus senhores haviam investidos. É válido ressaltar que no século XIX, diversos escravos ativaram a justiça contra seus senhores para terem assegurado o seu direito a liberdade.

Surge então às leis proibindo o tráfico de escravos, que combatiam o contrabando, inclusive dentro do próprio território, a lei do Ventre livre, a lei dos Sexagenários. Diante disso, ao final do século XIX, no Brasil, é marcado pela efervescência em defesa ao abolicionismo, e nesse período já existia uma grande parte da população negra livre. E finalmente a lei Áurea, no dia 13 de maio de 1888 a escravidão foi extinta no Brasil, tornando os africanos livres. (FERNANDES, 2007), que apesar de libertar os escravos não possui nenhuma logística para a recolocação da mão de obra. Lei Áurea – Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888,

Declara extinta a escravidão no Brasil. A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte: Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário. Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império. Princesa Imperial Regente. (BRASIL, 1888)

Em 2020, a Lei da Abolição completou 132 anos. Essa lei, que se sintetizava a um exclusivo parágrafo, dizia estar abolida a escravidão no Brasil e acabava qualquer disposição em contrário. Mesmo assim, com o fim da abolição da escravatura, as sequelas da escravidão eram desastrosas, dessa maneira, a vida dos ex-escravos continuou sendo difícil, pois não tinham condições de viverem adequadamente e sofriam com o peso da exclusão do processo educacional (Telles, 2003).

Após a abolição da escravatura os negros enfrentaram novos desafios diante do novo modelo de sociedade brasileira. Os tempos foram difíceis para os negros, pois naquele período não havia preocupação por parte do Estado em oferecer oportunidades aos escravos libertos. Sem moradia, sem trabalho, sem estudos, literalmente jogados nas ruas, encontram-se obrigados a vender seu trabalho pela sua sobrevivência.

Desta forma, parte dos escravos continuavam nas próprias fazendas, vivendo assim um regime de semiescravidão, outra parte inicia seu próprio negócio, e muitos escravos tornam-se muitas vezes mendigos, prostitutas e ladrões, isso pela falta de perspectiva e trabalho, evidenciando as desigualdades sociais nos primeiros momentos da nova configuração Republicana, como afirma Souza (2008).

O ex-escravo que trabalhava no campo muitas vezes preferiu permanecer nas áreas rurais, ocupando pequenos pedaços de terra, geralmente em 20 sistema de parceria nos quais cedia parte de sua produção ao dono da terra que cultivava. Mas ao longo do século XX, e principalmente a partir da década de 1930, a migração de negros e seus descendentes rumo às cidades cresceu cada vez mais. Eles geralmente desempenhavam as funções mais subalternas, uma vez que só alguns poucos afro-brasileiros conseguiam se educar, prosperar nos negócios e ascender socialmente. (SOUZA. 2008, p.125)

No entanto, é válido dizer que ao longo dos quase quatro séculos em que existiu a escravidão negra no Brasil, foi um negócio legal, base do nosso sistema social e econômico, ela definiu espaços sociais que hoje tentamos desconstruir, como o racismo, a cultura da violência, a má distribuição de renda e o desrespeito à cidadania.

É essencial enfatizar que os povos africanos tiveram um papel ativo na colonização e povoamento do Brasil, que foram realizados por eles e seus descendentes, pois estes nunca perderam a sua humanidade: amaram, buscaram

constituir suas famílias, valorizaram os laços de parentesco e de amizade, cultuaram seus deuses, lutaram por melhores condições de vida e não se conformaram com a escravidão.

1.2 O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA ATUAL

O Brasil era de todos, falavam os contrários, mas os negros sabiam que não era e lutavam para que verdadeiramente se constituísse assim. A perspectiva da comunidade negra era de que o Estado adotasse a ideia de um país mestiço onde o racismo não fosse permitido e, ao mesmo tempo, protegesse a população negra que sofria com a pobreza e o analfabetismo, com fortes consequências para prostituição e o alcoolismo.

Muitos afirmam, embasados no conceito da democracia racial, que o preconceito contra os negros e seus descendentes não existe no Brasil; o que se presencia são apenas brincadeiras; ou seja, não se caracterizam como racismo. Diante disso, percebe-se que as brincadeiras e chacotas direcionadas aos negros resultam em vários tipos de violência, entre elas, física e psicológica. E no ambiente educacional não é diferente.

Ao relatar sobre as brincadeiras e as piadas feitas sobre os negros, pela sociedade brasileira, Valente (1987, p.24) caracterizou que "elas traduzem que os negros na sociedade brasileira não são respeitados. São considerados ignorantes, raça inferior, sujos e perigosos". Diante disto, entende-se que as brincadeiras, na verdade, estão carregadas de preconceito. Embora mais de um século já tenha se passado desde a abolição da escravatura, pouco mudou em relação à situação do negro na sociedade brasileira atual. O combate ao racismo ainda é um desafio para o estado e as entidades não governamentais.

Neste sentido, pode-se apontar ainda, que o racismo constitui desafios a um dos fatores que gera agressões aos negros e seus descendentes. Essa violência pode ser uma abordagem truculenta principalmente pela sua origem social e cor.

Apesar da tentativa do processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças de negros e mestiços. Esse ideal prejudicou o reconhecimento da identidade negra, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superiores. (MUNANGA, 2006, p.16).

O Brasil ainda possui uma cultura muito forte de estereótipos e, o que vê-se na atualidade, sendo noticiado pela imprensa no país, é o impacto negativo da escravidão e da colonização que resultou em diversas consequências para a população afro-brasileira. É importante dizer, também, que outras pesquisas devem ser realizadas a fim de que a reflexão sobre esse problema social favoreça a superação do preconceito nas relações humanas. Pois para se viver em uma sociedade de forma justa e igualitária é necessário que tenham leis para estabelecer limites e condicionamentos a determinados atos, desse modo impedindo a violação dos direitos das pessoas (FERNANDES, 2007).

É importante que se compreenda que a inclusão racial não se resume na admissão das pessoas negras apenas em alguns ambientes. Em relação às desigualdades sofridas pelos negros, Menezes (2001, p. 91) ressalta: você não pega uma pessoa que durante anos esteve acorrentada, e a libera, e a coloca na linha de partida de uma corrida e diz "Você está livre para competir com todos os outros", embora acredite, verdadeiramente, que você foi completamente imparcial.

Ainda há no Brasil, obstáculos e desafios profissionais para as pessoas negras. Sua inclusão, portanto, trata-se de um grande desafio. Não há uma fórmula mágica para tanto; mas se impõe, acima de tudo interesse, participação e o uso de meios que façam da admissão de profissionais negros grandes oportunidades de crescimento e aperfeiçoamento das instituições. Isto porque, pensar em inclusão implica mudanças de comportamento, estruturas e estratégias, com o objetivo de qualificar os profissionais negros que chegam e principalmente as equipes que os recebem. Infelizmente isso não ocorre na realidade.

Nesse sentido, precisa-se que a sociedade se sensibilize a essas questões, para que possam perceber as potencialidades do negro, que carrega consigo histórias de discriminação racial cotidiana. Entretanto, essa discriminação não ocorre da mesma forma que na época da escravidão, prevalecendo outras formas de inferiorizar o negro, violando um direito Constitucional, pois o crime de racismo encontra-se no artigo 5º, XLII, da Constituição Federal:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XLII. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. (BRASIL, 1988)

A Lei apresenta expressamente as punições que serão atribuídas àqueles que praticarem atos de preconceito ou discriminação racial contra outrem. A Carta Magna surgiu, com propósitos de impedir que as desigualdades raciais ganhassem visibilidade nas estatísticas oficiais. Um exemplo é a chamada lei Afonso Arinos de 1951 que definia como crime de contravenção a restrição do acesso de alguém a serviços, educação e empregos públicos por causa da cor da pele. Essa lei não teve qualquer eficácia no combate ao preconceito racial, pois punia brandamente atitudes racistas, com pagamentos de fianças.

Entre as décadas de 1960 e 1970 foram momentos de grandes mudanças culturais, políticas e comportamentais em vários países. No Brasil viviam-se os dias tensos e repressivos da ditadura militar. A coibição chegaria aos negros e seus aliados. A existência de racismo foi duramente rebatida pela propaganda do governo, que tentava mostrar que no Brasil imperava a perfeita harmonia racial.

Prova de tal feito foram os dados do censo do ano de 1960, no qual fazia parte o quesito cor, só foi anunciado em 1978. Pois a ingênua referência à cor da pele das pessoas era interpretada como um sinal de preconceito. Mas em 1980 a cor dos brasileiros voltou a fazer parte do censo. Isso depois de muitas lutas dos movimentos negros e de alguns especialistas igualitários para convencer o governo brasileiro de que a cor era uma variável importante para compreender e superar as desigualdades que dividem o Brasil.

O Movimento Negro ressignificou o conceito de ser negro, tornou-se uma palavra de ordem, de reconstrução da dignidade, de desenvolvimento da autoestima. Transformamos a desqualificação na qualificação maior da nossa identidade.

Compreendeu-se que ser chamado e designar-se como "negro" nada possuía de "pejorativo"; e que, ao invés, degradante seria aceitar ou estimular as ambiguidades ocultas atrás de designações correntes, como "preto", "homem de cor", "pessoa morena", etc... Logo se chega a uma auto identificação que atribuía ao termo "negro" um sentido inclusivo e dignificante. (FERNANDES, 1978, p.105)

De acordo com autor, percebe-se, que o negro na sociedade atual pela primeira vez na história do país, era o negro quem categorizava novas noções, como a de "preconceito de cor", enquanto ressignificava outras, como a do orgulho de ser negro. Essas conquistas não foram poucas e ajudaram a compor a imagem de um negro mais consciente de seu papel enquanto ator social, provido de

coragem aceitável para exigir respeito, exigir civilidade e senso democrático. Portanto, a luta travada pelo negro na procura de espaço no debate público é antiga, porém tão-somente de modo recente começou a ser analisada e recontada com a devida profundidade. (SANTOS, 2009).

No início do século XX, algumas associações negras foram criadas para o enfrentamento de situações específicas de discriminação, surgiram para atender às necessidades de recreação e lazer. Um símbolo nacional, o futebol, pode ser lido como um exercício de resistência ao racismo brasileiro.

Alguns clubes de futebol surgiram no início do século XX, e os jogadores negros e pardos não eram aceitos nos times de elite. Somente na década de 1920 os grandes clubes cariocas, e depois os paulistas, passaram a admitir com mais frequência jogadores negros em suas equipes. Porém, não permitia serem selecionado para representarem o Brasil em jogos de campeonatos. Um exemplo da época noticiado em jornais que o presidente da República, Epitácio Pessoa, proibira a escalação de jogadores negros no time brasileiro que ia à Argentina disputar um campeonato.

Nessa época, século XX, surgiram alguns jornais escritos por negros e a estes destinados. O objetivo dos periódicos era noticiar e discutir problemas vivenciados pela população negra, mas que não encontravam espaço na grande imprensa. O Menelick, fundado em 1915, foi um dos primeiros jornais da imprensa negra nesse período. Outros jornais fundados por militantes negros foram: o Grêmio Dramático, Recreativo e Literário, Elite da Liberdade, Kosmos, Treze de Maio, Brinco de Princesa, 28 de Setembro e O Paulistano tinham em vista exatamente criar espaço para a discussão da posição do negro na sociedade brasileira.

Essa mobilização causada por jornais e associações criou uma entidade negra nacional nos moldes dos partidos políticos e com pretensões eleitorais. A Frente Negra Brasileira (FNB) foi fundada com esse propósito na rua liberdade, na capital paulista, em 1931, mas, logo estava inserida em todo país, cujo objetivo era integrar o negro aos padrões de comportamento predominantes na sociedade, uma dessas conquistas era o acesso a educação, para que assim pudessem superar as desigualdades sociais.

Assim, "A Frente Negra sempre achou que a luta do negro deveria partir da educação, ...". (Depoimento do Sr. Francisco Lucrécio, um dos fundadores da

FNB). Com a imprensa sob censura, fechou vários jornais, em 1950, Uma imprensa negra só voltou a circular no Brasil na década de 1970.

Para tanto, a valorização da herança cultural africana e, ao mesmo tempo, a ideia de que a mestiçagem era algo positivo foram marcas do movimento negro brasileiro dos anos 50. Com a fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN), foi fundamental na organização da Convenção Nacional do Negro Brasileiro e do 1º Congresso do Negro Brasileiro, em 1950. Entre os assuntos de interesse do TEN estavam às artes cênicas, a poesia, a música negras e, principalmente, as tradições religiosas de matriz africana, incluindo o candomblé.

A valorização da herança cultural africana e, ao mesmo tempo, a ideia de que a mestiçagem era algo positivo foram marcas do movimento negro brasileiro dos anos 50, lutas estas que tiveram como mérito a inclusão das suas pautas transformadas em lei e incluídas mais tarde na Lei de diretrizes e bases da educação.

1.3 A PRESENÇA NEGRA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Para falar sobre o negro na educação brasileira, no momento atual, compreender as conquistas, os fatores que as ameaçam; e as lutas políticas que tem-se que enfrentar para conquistar a igualdade racial em educação, é preciso contextualizá-la em função das forças políticas que ora fazem avançar e ora ameaçam as vitórias alcançadas.

As desigualdades acumuladas na experiência social da população negra, nos processos de escolarização têm sido denunciadas há muitos anos pelo movimento social negro, por estudiosos das relações raciais, e, mais recentemente, também pelas análises no âmbito de órgãos governamentais no Brasil. São desigualdades graves e múltiplas, afetando a capacidade de inserção da população negra na sociedade brasileira em diferentes áreas e comprometendo o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades para todos.

A escola permaneceu elitista e não possibilitou aos negros e negras o acesso à educação de qualidade, formação acadêmica, forjando assim, para além da exclusão social, um novo modelo de exclusão: o intelectual. De acordo com Gomes (2012 p. 740) o Movimento Negro contribuiu para mudanças nas políticas educacionais reformulando os currículos com a implantação da Lei 10.639/03 da

qual torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro- brasileira. De acordo com Santos (2010):

(...) ao perceberem a inferiorização dos negros, ou melhor, a produção e a reprodução da discriminação racial contra os negros e seus descendentes no sistema de ensino brasileiro, os movimentos sociais negros (bem como os intelectuais negros militantes) passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira. Parte desta reivindicação já constava na declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro, que foi promovido pelo Teatro Experimental do Negro 18 (TEN), no Rio de Janeiro, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 1950, portanto, há mais de meio século. (SANTOS, 2010, p. 23).

Finalmente, as reivindicações foram atendidas pelas leis 310.639/03 e 11.645/08 que, alterando dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases 9.394-1996, tornaram obrigatório o ensino da temática história e cultura afro-brasileira e indígena. Porém, sabe-se que os índices de escolaridade dos negros, desde os tempos mais remotos, sempre foi inferior ao dos brancos, tal problema é resultado dos anos de escravidão que não proporcionaram aos negros oportunidades de acesso ao sistema educacional (TEIXEIRA, 2003).

A educação é um mecanismo de ascensão social, da qual possibilita a apreciação, valorização e enriquecimento da cultura, da vida e da comunidade da qual este aluno negro também faz parte.

A população negra, primeiro não tinha acesso à educação, isso mudou, mas ainda não havia representatividade nos materiais didáticos, não se era trabalhado sobre sua cultura, deste modo os afrodescendentes não se reconheciam dentro desta educação que lhes eram oferecidas, somente depois de mais de um século que a população negra se libertou da escravidão se mudou algo nesse sentido, afinal, "Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (BRASIL, 1988).

A educação para população negra se deu através de lutas e resistências, desde a primeira escola para negros; e com a desobediência das regras educacionais. A condição do negro no Sistema Nacional de educação só pode ser compreendida conhecer-se a maneira pela qual o mundo e particularmente a sociedade brasileira estabeleceram suas relações para com a população negra nos

diferentes períodos da história da humanidade e no Brasil desde os tempos coloniais, passando pelo período imperial, pela primeira república e em momentos posteriores até o presente.

Destaca-se também que em alguns livros didáticos ainda aparece uma representação dos indígenas como fracos que não conseguiam suportar o árduo trabalho das plantações de cana-de-açúcar, nesse caso, os escravizados trazidos da África, já tinham o “costume” de trabalhar nas plantações na África. Aparecem também como os “indefesos” que foram libertados pela princesa Isabel, personagem que por muito tempo foi homenageada nas escolas, como a grande redentora dos escravos.

Esse tipo de introdução é necessário e importante ser ressaltado que essa perspectiva omite todas as formas de resistência utilizadas por africanos e seus descendentes para se rebelar contra a submissão ao cativeiro, resumindo-os a seres passivos, conformados e resignados com a sua condição de escravizados.

O simples fato de omitir a participação do negro na história brasileira e dificultar o acesso do mesmo ao ensino de qualidade, já demonstra uma prática racista na própria educação, isso reforça a distância do aluno afrodescendente das suas raízes, acentuando sua evasão e repetência e, por que não dizer, sua excludência da escola (GUIMARÃES, 2000).

Pois, a exclusão social do negro, em grande maioria, é agregada as muitas décadas de escravidão que existiu. Desse modo, pode ter sido essa a principal sequela, porém, devem ser avaliados e fazer referência a outros fatores que contribuíram para isso, e uma das principais consequências foi a falta de oportunidade para ingressar no sistema educacional (PINSKI, 2000). Contudo, esse seria o começo para os negros alcançarem a inserção na sociedade e mercado de trabalho e, automaticamente qualidades de vida, sobretudo, seria uma maneira de tornar mínimo ou até deixar de lado a exclusão social. Feres Júnior e Zoninsein (2006) ressaltam que:

As políticas de identidade e as políticas multiculturalistas buscam corrigir as consequências da exclusão social que atinge grupos discriminados por razões étnicas ou raciais. O objetivo de estabelecer democracias multiculturais passou a fazer parte de uma tendência atual de políticas de desenvolvimento dado o reconhecimento amplamente difundido de que a discriminação baseada na identidade cultural étnica, religiosa e linguística. (JÚNIOR E ZONINSEIN, 2006, p.11)

De acordo com o exposto, pode-se observar que os negros ainda estão em desvantagem no que se aborda acesso à educação, mas existe uma problemática se mostra mais relevante é a permanência da população negra na escola. Considerar que ainda são alvo de preconceito e discriminação, mesmo os negros tendo alcançado grandes conquistas até momento, e isso fica mais visível quando se trata de ingressar em uma universidade.

Considerando a lei sancionada 12.711/12, a mesma abre as portas de acesso à educação superior, não só tornando a população negra representada através de sua história e cultura, como os colocando em um novo patamar, o de protagonista e produtores do seu próprio conhecimento, garantindo a estes o acesso às universidades públicas e privadas através das cotas raciais.

Para compreender sobre a trajetória da educação dos negros no Brasil há a Lei 10.639/03, que oficializa o dia 20 de novembro como dia Nacional da Consciência Negra, e que torna obrigatório o ensino de Cultura Afro-brasileira. A Lei, promulgada no ano de 2003, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece às diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, através do artigo 26º, parágrafo 1º, a obrigatoriedade dos estudos de "História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional", em todas as séries do ensino fundamental e médio.

Essa lei promoveu um importante avanço no combate à discriminação e ao racismo, uma vez que os profissionais da educação que já se engajavam nesta luta, passaram a contar com um novo instrumento de ação:

Art. 1º - A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. § 3º - (Vetado) " Art. 79-A - (Vetado) " "Art. 79-B - O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. " Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 09 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República. (BRASIL, 1996)

A lei 10.639 nasceu como retorno às batalhas dos movimentos sociais, sobretudo do movimento negro, que, desejava novas direções para o ensino de História no Brasil, inserindo a História da África e da Cultura afro-brasileira na educação básica e as questões étnico-raciais como pauta curricular. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil explicitam em seu texto: “O combate ao racismo e às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnicos raciais e religiosos deve ser objeto de constante reflexão e intervenção no cotidiano da educação infantil” (BRASIL, 2009a, p.10).

Compreende-se que o conceito de diversidade não é uma tarefa simples, em especial na educação básica, series iniciais, pois requer a valorização das diferentes culturas, ou seja, a compreensão dos meandros da construção cultural situados na dinâmica das relações sociais e políticas que constituem nossa sociedade. Pois, a produção cultural dos descendentes de africanos escravizados no Brasil tem sido entendida de diferentes formas: cultura negra, cultura afro-brasileira, africanidades, entre outras. Todavia, quando analisa-se a fundo o que sabemos sobre ela, chegamos à conclusão de que sabemos muito pouco, ou o pouco que conhecemos ainda está repleto de naturalizações e visões estereotipadas.

Mediante a questão, quase 17 anos após a aprovação da lei, ainda existe dificuldades em encontrar escolas que cumpram esses objetivos. Se no início podia culpar a falta de materiais didáticos que abordassem esses temas, ultimamente deparamos em meio a uma abundância de produções à disposição dos profissionais, que acabam por não serem utilizadas nas escolas.

Assim, algumas das quais, esbarram no preconceito, na intolerância religiosa, na falta de formação e até mesmo na falta de interesse pelo tema, o que tem dificultado a sua difusão apesar da lei. “Discriminar significa diferenciar, distinguir ou separar” (FERREIRA, 2015, p.1), e se distancia por completo do conceito de igualdade, ao mesmo passo que se aproxima do conceito de exclusão.

Percebe-se, que embora a sociedade nos dias de hoje, mesmo mediante seu estágio evolutivo cultural e tecnológico, tente disfarçar seu preconceito e discriminação, muito ainda existe dessa prática no dia a dia.

Neste sentido, pode-se afirmar que sentimos algumas alterações, que mesmo pequenas não podemos deixar de considerá-las, até porque o Brasil é um berço de grandes culturas principalmente a africana e a indígena da qual nossas

veias percorre o sangue desse povo batalhador, foram nossos ancestrais que contribuíram de uma forma exorbitante para a formação e identidade desse país que é riquíssimo em todos os aspectos. Pois, respira-se África, por todos serem África, e sempre ser descendentes de um povo desbravador que sempre lutou por liberdade e justiça para todos, pois somos todos iguais independentemente de cor de pele, religião ou credo.

Portanto, percebe-se que o racismo precisa ser trabalhado com frequência no cotidiano escolar diariamente não como está sendo trabalhado, somente na semana da consciência negra, mas na conscientização, politização, projetos interdisciplinares e projetos de intervenção, em que a escola desenvolva um papel imprescindível a desenvolver movimentos que aborde o combate ao preconceito na comunidade escolar, para que possa mudar a mentalidade, superar o preconceito e combater atitudes racistas e discriminatórias que vem a sofrer ao aluno negro no cotidiano escolar e na sociedade.

2 DESAFIOS DE SER NEGRO NA SOCIEDADE EDUCACIONAL

2.1 UM OLHAR DIFERENCIADO PARA OUTRAS ETNIAS

Pode-se dizer que desde muito tempo de um lado a cor de pele dos negros denota uma atitude preconceituosa das pessoas assim formando uma atitude negativa. Mas, em parte a problemática é de ordem cultural, um legado do tipo de colonização que o Brasil foi submetido.

E para se entender o “porque” do olhar diferenciado para essa etnia, tem-se que compreender o conceito, nesse caso, refere-se a um grupo de pessoas que consideram ter um antepassado comum e compartilham da mesma cultura, da mesma religião ou das tradições e das mesmas condições históricas, aplicado nesse sentido, avança na intenção de compreender a dimensão sociocultural e as experiências semelhantes que ligariam indivíduos, povos e sociedades no mesmo grupo, (SILVA, 2000, p.20).

Com o resgate da cultura africana, mesmo em locais de esconderijos, os negros que não trouxeram bagagens, muito menos pertences, mantiveram as suas lembranças e os ensinamentos das nações de origem. Foi o que fortaleceu, após a abolição da escravatura, a vida no novo mundo. Para Munanga (1999, p. 35): “Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum; uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território”

No entanto, a identidade étnica tem um poder e é este poder que, coletivamente, os negros resgatam com a sua luta de não aceitarem por completo a aculturação dos povos europeus, inclusive a da igreja católica que, através da evangelização, contribuindo para o esquecimento de sua cultura, as culturas negras não se conservaram totalmente em seu estado original, em estado puro, devido à convivência com as culturas encontradas por outros mares.

É nesse sentido, que se ressalta que a identidade racial no Brasil transcorre por um olhar monocromático, ou seja, uma única cor, possivelmente mantido pela história da democracia racial, sendo claro o quanto nossas estruturas sociais, seja na mídia, na religião, na política, ou na escola, ativa através de uma uniformização de pensamento uma falsa identidade, seja do indivíduo ou do coletivo do povo brasileiro. Parece ser fácil definir identidade, pois a identidade é simplesmente

aquilo que se é: "sou brasileiro", "sou negro", "sou homossexual", "sou jovem", "sou homem". Silva (2000) diz que,

A identidade assim concebida parece ser uma positividade ("aquilo que sou"), uma característica independente, um "fato" autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autossuficiente. Identidade e diferença: aquilo que é e aquilo que não é. (SILVA, 2000, p.2)

De acordo com o autor, pode-se dizer que a identidade só existe porque existe diferença, sendo aquilo que o outro é: "ela é Brasileira", "ela é branca", "ela é velha", a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Munanga (1994) ressalta que qualquer grupo humano, através do seu conceito de valor sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio.

Entretanto, foi desta forma, o esconderijo da identidade negra, reforçada em ser silenciada pela educação, que entre o Brasil contemporâneo e a velha África, a construção estereotipada da mesma, foi se configurando em um país extremamente racista. Pois, mesmo no pós-abolição, a população negra escravizada, continuou à margem do Estado, não tendo nenhum amparo social, pelo mesmo.

O mito de que vivemos em uma cultura uniforme em que não existem desigualdades nem preconceitos, na verdade fez com que as discriminações praticadas com base nas diferenças raciais acabassem por ficarem ocultas, sobretudo aquelas contra as populações negra e indígena.

Contudo, muitas vezes, o desprezo por outras culturas, que não sejam a americana e a europeia, fica camuflado por uma falsa ideia de igualdade. O preconceito surge quando a sociedade, os meios de comunicação e mesmo a escola defendem a ideia de que temos uma cultura uniforme, em lugar de reconhecer, valorizar e pesquisar a enorme diversidade cultural brasileira.

E com o fim da escravidão, parece que a população negra, na tentativa de se integrar na sociedade brasileira teria se abnegado de suas próprias raízes, deixando-as para trás, como se o passado fosse uma barreira a uma nova vida, uma lembrança desnecessária, uma memória ruim, que em pleno século XXI, ouve-se em rede nacional a fala do presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, que classificou o movimento negro como "escória maldita", que

abriga “vagabundos”. Diante disso, para Sérgio Camargo, além de ser uma memória ruim sem dúvidas é um racista frustrado da sua própria etnia.

Diz Guimarães (2008, p.76-77) que “cor é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a ideia de raça que orienta essa forma de classificação”. A cor do negro, na perspectiva daqueles que alimentam um pensamento discriminatório, demonstra inferioridade, e é tomada como um marcador de diferença. Toda uma simbologia foi construída no inconsciente coletivo graças às ideias do passado, nesse sentido a cor preta representaria o mal, o feio e o sem inteligência; enquanto a cor branca representa o inverso: bom, bonito e inteligente.

Essa lógica se encaixou unindo o “mito das três raças” ao “racismo à brasileira”, temos como resultado um sistema cruel de representação racial, em que o negro se encontra na base do triângulo racial, numa posição fixa, permanentemente inferior à do branco, e acreditando que a miscigenação como meio de branqueamento seria sua única possibilidade de “redenção”. Como explica Da Matta (1991):

Num meio social hierarquizado, tais intermediações triangulares (ou seja: em três e nunca em dois, o que conduziria ao dualismo exclusivista) são parte de sua própria lógica social, pois é por meio da mediação que se pode efetivamente propor o adiamento do conflito e do confronto. Assim (...), o sistema de preconceito racial de marca (em oposição ao de origem), como colocou Nogueira; e as intimidades e redes de relações pessoais entre negros e brancos (como coloca Gilberto Freyre), são todas funções de um sistema abrangente de classificação social (...) profundamente anti-igualitário, baseado na lógica do “um lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar”, que faz parte de nossa herança portuguesa, mas que nunca foi realmente sacudido por nossas transformações sociais. (DA MATTA, 1991, p.83)

Além da classificação social de que a cor preta significa, mesmo que simbolicamente, a classe inferior, conseqüentemente de menor poder aquisitivo. Enfim, muito embora a ciência das cores nada tenha a ver com a hierarquia social das cores, a origem dos povos europeus acabou por influenciar bastante na hierarquia social do povo brasileiro, a contar que foram os europeus, buscando a dominação durante boa parte da história moderna e contemporânea, que se mantiveram bem sucedidos no domínio de novos territórios e povos.

Lembrando que na história o pensamento de Sílvio Romero preocupado com o progresso da nação e com a formação de um povo brasileiro, uma “única

comunidade de sangue e espírito”, (OLIVEIRA, 1988). Romero considerou que o povo brasileiro era formado de três raças. A sua originalidade consistiu na valorização do mestiço, enquanto ser adaptado ao meio, como a solução para a formação de um povo brasileiro homogêneo. Defendia a existência de uma mestiçagem racial e cultural. Porém, a escolha do mestiço não foi uma solução simples, tampouco desprovida de contradições, pois ele aliou à interpretação a mestiçagem racial e cultural a ideia de branqueamento, com base na teoria darwinista de seleção natural.

(...) o mestiço conagraçou as raças e a vitória é assim de todas três. Pela lei da adaptação tendem a modificar-se nele, que, por sua vez, pela lei da concorrência vital, tendeu e tende ainda a integra-se à parte, formando um tipo novo em que predominará a ação do branco. (ROMERO, 1914, p.7).

Como pode- se perceber na citação em destaque, Sílvia Romero, considerando a raça branca superior, previa um branqueamento da população brasileira, através da seleção natural do “mais forte”. Em última instância, ao final desse processo, deveria emergir um povo branco. Branco também deveria ser para ele, o caráter nacional.

O ideal de embranquecimento da população brasileira continuaria com a instituição da república, por volta de 1930. Os primeiros governos republicanos trataram de incentivar a imigração de europeus, mandando divulgar na Europa que aqueles que quisessem se fixar no Brasil seriam bem vindos, para isso muitos estados disponibilizaram terras para os recém-imigrados. Ao mesmo tempo procuraram obstar a vinda de imigrantes negros e de asiáticos, proibindo o seu desembarque no Brasil.

Tudo que era identificado à população negra, desde caracteres físicos até traços culturais passavam a ser vistos como provas de um nível civilizatório inferior e que deveriam ser foco de atuação do Estado brasileiro. Os caracteres físicos deveriam ser modificados pela miscigenação e os traços culturais pela repressão. Assim, manifestações culturais de origem africana como a prática de religiões afro-brasileiras, os sambas e a capoeira sofreriam duras perseguições nesse período.

Portanto, o desafio, de hoje, é empoderar a voz deste povo e encontrar um novo formato nacional que contemple as diferenças, deixar, ou melhor, desmistificar o discurso da igualdade formal ou de lei e de direito, que mascara a

desigualdade real que estes povos têm sofrido e vêm sofrendo ao longo de suas existências.

Uma das principais bandeiras de luta do movimento negro, intelectuais e ativistas comprometidos com a proteção dos direitos humanos e a luta antirracista é, justamente, mostrar que o mito da democracia racial, além de ser um equívoco, ainda impede que a igualdade entre as pessoas, de fato, aconteça. Para Cunha Júnior (2003),

O movimento negro é a reunião de causas em torno de manifestações de identidade cultural e/ou de protestos contra o racismo, as desigualdades sociais, políticas e econômicas e da procura por uma mobilidade social com vistas à aquisição de bens simbólicos e materiais. Pode ser entendido, ainda, de forma plural, indo das práticas da cultura de matrizes africanas às organizações políticas em torno de políticas sociais diversas. (CUNHA JÚNIOR, 2003, p. 4).

De acordo com o exposto, ressalta-se que em pleno século XXI vivem-se um dos maiores momentos de protestos antirracistas que retrata a contínua luta dos negros, fato este que aconteceu após a morte de George Floyd, 40 anos, negro, ex-segurança, em Minnesota, nos Estados Unidos, isso causou uma onda de indignação depois da divulgação de um vídeo que mostra o negro imobilizado no chão, dizendo 'não consigo respirar', enquanto policial mantém joelho sobre seu pescoço.

O caso de violência policial contra o George Floyd evidenciou um problema que é claro no país norte-americano, a supervalorização do branco e desvalorização do negro. No Brasil, o racismo opera fixando a ideia de inferioridade do negro e de tudo o que se relaciona ao negro. Para Ribeiro (2001, p. 11), racismo é um comportamento ou uma ação resultante de aversão ou ódio às pessoas, a partir de critérios étnicos, como características físicas e culturais. É uma ideologia referente às "raças" humanas, a qual postula a existência de "raças superiores" e "raças inferiores".

Portanto, é válido ressaltar que por conta da discriminação que estava envolvendo as pessoas em passo acelerado, e com o reconhecimento dessa prática fez com que o Ministério da educação comprometido com a pauta de políticas afirmativas do governo federal implantasse um conjunto de medidas, que tinham como objetivo de corrigir injustiças e promover a inclusão social; pois todos tem os mesmos direitos independente da cor da pele e religião, e é a escola, sobretudo o ambiente da diversidades.

2.2 A ESCOLA COMO AMBIENTE EDUCACIONAL DAS DIVERSIDADES

Falar sobre diversidade em educação remete-se a ideia de dar oportunidades a todos os sujeitos de acesso e permanência na escola, com as mesmas igualdades de condições, respeitando as diferenças. O Minidicionário Aurélio (2004), diz que diversidade significa: “1 Qualidade ou condição do que é diverso, diferença, dessemelhança. 2.Divergência, contradição, 3.Multiplicidade de coisas diversas: existência de seres e entidades não idênticos, ou dessemelhantes, oposição.”

Ensinar a importância do respeito que se deve ter com as diferenças dos colegas no ambiente escolar é de fundamental importância, esse ensino deve ser aplicado desde os primeiros anos de escolaridade. Pois, a escola é um ambiente das diversidades, é um espaço para reflexão e discussão da desigualdade, que se produz e reproduz os valores éticos e que se destacam os aspectos e percepções das identidades étnico-culturais. De acordo com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003,

Nos primeiros anos de vida, os espaços coletivos educacionais os quais a criança pequena frequenta são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo. As crianças deverão ser estimuladas desde muito pequenas a se envolverem em atividades que conheçam, reconheçam, valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da história e da cultura brasileiras (BRASIL. MEC, 2003).

Entretanto, as múltiplas dimensões da formação das crianças na educação infantil, maternal (3 anos) , Jardim I (4 anos) e Jardim II (5 anos) deverão interagir com tais propostas: A ludicidade, a imaginação, a corporeidade, o ritmo, a sensibilidade, a emoção, a diversidade cultural e linguística, os valores, os saberes, as leituras sobre si e sobre o mundo, as identidades de gênero, raça, etnia, entre outros, devem ser pensadas, considerando as especificidades das crianças em cada etapa. Mesmo assim, “ainda estamos muito distantes de poder dizer que as crianças não atribuem valores superiores aos traços físicos de pessoas brancas e, inversamente, inferiores, aos dos negros” (TRINIDAD, 2011, p. 164).

Garantir que a construção de práticas pedagógicas em educação infantil seja direcionada para que essa etapa da educação básica se realize plenamente como direito à educação, e as crianças sejam reconhecidas como sujeitos de direitos.

Mas, não basta somente ter direito à educação, dentro do campo do direito instituído legalmente e alicerçado pela pseudofrase "A Educação é um Direito de Todos".

O problema não está na consignação do "Direito à Educação", o direito à especificidade, à diferença, está dentro da concepção maior do direito à igualdade. Resta o problema da prática da sua efetivação. A esse respeito, Cavalleiro (1991, p. 49) afirma que para a promoção de uma educação igualitária, compromissada com o desenvolvimento de todos os cidadãos, as relações étnicas em território brasileiro devem ser questionadas.

Esta é uma discussão inadiável na medida em que o sistema de ensino mostra-se inadequado para o seguimento negro da população, pois as escolas brasileiras só falam da população negra a partir da escravidão. Ainda hoje, o continente africano é apresentado como sendo um lugar "exótico", cheio de animais selvagens, com pessoas vivendo em total miséria ou com doenças como a aids, por exemplo. Há quem pense até que a África é um país e não um continente.

Um das lutas do Movimento Negro Brasileiro ao longo da sua história é por uma educação antirracista. Em sua pauta de reivindicações políticas, esse movimento social sempre incluiu a urgência de uma escola democrática que reconheça, valorize e trate de forma ética e profissional a diversidade étnico-racial. Uma escola que não reproduza em seu interior práticas de discriminação e preconceito racial, mas que, antes, eduque para e na diversidade. Uma escola que se realize, de fato, como direito social para todos, sem negar as diferenças.

Convive-se e conhece-se literaturas, materiais didáticos e de apoio pedagógico eivados de estereótipos raciais, sem a devida mediação pedagógica do professor e sem a necessária revisão e atualização das editoras. Essas situações têm sido sistematicamente denunciadas, pois os livros, tanto os didáticos quanto os paradidáticos, também precisam ser revistos.

Neste sentido, Oliveira (2007) enfatiza que as pessoas brancas, à respeito da cor e raça, não levam consigo histórias ou dramas que puderam afetá-la no decorrer de sua vida. Enquanto isso a criança negra muitas vezes vê na sua condição racial algo muito marcante, as consequências dos apelidos, brincadeiras e comentários, trazem um incômodo, por ela não encontrar espaço para se defender. Na maioria das vezes as pessoas costumam entender essa situação, pois o que o senso comum dita é, que quanto mais se falar de racismo, mais se estará

dando espaço para que ele se manifeste. O autor ressalta de maneira mais clara possível que a discriminação racial para as pessoas negras acontece de varias formas no cotidiano.

E ainda reforça que uma criança não precisa saber discriminar para saber o que é discriminação, na verdade acontecem no seu dia a dia as experiências chegam àquela criança e ela ira registrando e construindo uma visão particular para ela. Apelidos, brincadeiras, referências negativas á população negra possuem uma força negativa na autoimagem da criança negra.

Em vários deles, as pessoas negras são retratadas em posições subalternas, em número bem menor que os brancos ou, ainda, em situações estereotipadas, como, por exemplo, batucando, sambando ou jogando basquete, como se negros e negras apenas fizessem isso. Ainda existem poucos livros que trazem personagens negras; alguns desses repetem preconceitos e estimulam comportamentos e atitudes discriminatórias.

No entanto, sabe-se que o reconhecimento da diversidade não é uma tarefa simples, pois requer a valorização das diferentes culturas, ou seja, a compreensão dos meandros da construção cultural situados na dinâmica das relações sociais e políticas que constituem nossa sociedade.

Alcançar esse reconhecimento da diversidade se torna uma tarefa complexa, sobretudo, quando se trata de culturas produzidas por grupos sociais e étnico-raciais, cuja participação social e política são ainda pouco estudada e conhecida no campo educacional e em nossa sociedade como todo, em decorrência de um processo histórico de dominação e silenciamento. Esse é o caso das culturas de matriz africana em diferentes partes do mundo e, em nosso caso específico, no Brasil. A esse respeito, Cavalleiro (1991) afirma que:

Para a promoção de uma educação igualitária, compromissada com o desenvolvimento de todos os cidadãos, as relações étnicas em território brasileiro devem ser questionadas. Esta é uma discussão impreterível na medida em que o sistema de ensino mostra-se inadequado para o seguimento negro da população. (CAVALLEIRO, 1991, p. 49)

As Instituições, bem como a própria sociedade, deveriam estar mais preocupadas com a criação de representações positivas sobre o negro, possibilitando uma inserção social do negro em alguns setores da sociedade, mudando aos poucos a situação do negro. Um exemplo real é a Presidência do

Brasil sendo conquistada por um negro: Nilo Peçanha, venceu as eleições para a Vice-presidência da República na chapa de Afonso Pena, em 1906. Com a morte de Pena, em 1909, assumiu a presidência do país, cargo que ocupou durante 17 meses.

Outro menos lembrado e tão importante é Luiz Gama, o primeiro e único escravo brasileiro a conquistar a própria liberdade, tornar-se advogado, jornalista e poeta. Outro negro esquecido na história Francisco Paulo de Almeida, o Barão de Guaraciaba, não seria muito diferente de outros nobres da época não fosse um detalhe importante: ele era negro em um país de escravos.

Na realidade, ele tem uma trajetória que lembra a de outro barão empreendedor do Império, este bem mais famoso: o Barão de Mauá. Desse modo, fez-se necessário a urgência de reformular conteúdos e problematizar a questão do negro no contexto escolar, dando vez a uma lei que obrigaria o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira. De acordo com Santos (2010):

(...) ao perceberem a inferiorização dos negros, ou melhor, a produção e a reprodução da discriminação racial contra os negros e seus descendentes no sistema de ensino brasileiro, os movimentos sociais negros (bem como os intelectuais negros militantes) passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira. Parte desta reivindicação já constava na declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro, que foi promovido pelo Teatro Experimental do Negro 18 (TEN), no Rio de Janeiro, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 1950, portanto, há mais de meio século. (SANTOS, 2010, p. 23).

Diante disso, faz-se necessário um investimento na formação do professor, para que possa lidar com a diversidade étnica racial no ambiente escolar, não o isentando das responsabilidades de pesquisar e buscar informações sobre o racismo e dessa maneira possibilitar um melhor tratamento às situações discriminatórias.

Como visto, é necessário que a escola possa inserir-se nessa perspectiva de procurar abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, de outros personagens num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista", mostrando os diversos lados da história. Segundo as DCN para a Educação das

Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2003, p. 5),

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, são por falta de competência ou interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para o negro. (BRASIL, DNC, 2003, p. 5)

Todavia, é importante ressaltar que essa produção cultural dos descendentes de africanos escravizados no Brasil tem sido entendida de diferentes formas: cultura negra, cultura afro-brasileira, africanidades, entre outras. Todavia, quando analisamos a fundo o que sabemos sobre ela, chegamos à conclusão de que sabemos muito pouco, ou o pouco que conhecemos ainda está repleto de naturalizações e visões estereotipadas e ainda presenciando frases como estas: “pessoa de cor”, “a coisa tá preta”, “olha o cabelo dela”, “olha a cor do fulano”, “tem o pezinho na senzala”, “serviço de preto”.

O educandário necessita organizar-se para demonstrar a todos a importância da pluralidade étnica na sociedade. Os professores devem considerar a discussão da diversidade étnica da sociedade; debater os problemas sociais, em suas diferentes proporções, que atingem os grupos étnicos. Para isso, os professores podem utilizar as notícias veiculadas pela mídia nacional, mostrando os prejuízos e as desvantagens acarretadas por se pertencer a determinado grupo. De acordo com Ribeiro (2004, p. 7) “[...] a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo”.

O problema étnico, no cotidiano escolar, não pode continuar, constantemente, silenciado e sem solução. A esperança é que a aplicação das emendas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB venha alterar a situação presente, dando força às ações dos movimentos negros. Acredito, também, ser urgente a adoção de medidas que possibilitem o desenvolvimento do senso crítico do professor e a reelaboração do seu saber eurocêntrico, que não

contempla, em grande parte, a história, a cultura e as experiências da maioria da clientela da escola pública. (GIROUX, 1986).

Portanto, a escola como um ambiente educacional para a diversidade tem o dever de trabalhar no sentido de promover a inclusão e a cidadania de todos os educandos, tem o importante papel de transformação da humanidade e precisa desenvolver seu trabalho de forma democrática, visando a eliminar todo tipo de injustiça e discriminação, vendo os seres humanos dotados de habilidades e valorizando-os como pessoas, principalmente dos afrodescendentes, marcados por um histórico triste na educação e na sociedade brasileira de preconceito discriminação e racismo.

Basta à escola e o educador estarem abertos a desconstruírem o racismo internalizados. Motivando valores atribuídos ao que durante muito tempo não estava sendo registrado como importante, pois, lutar por justiça social não tem a ver só com igualdade, mas principalmente com respeitar o diferente.

2.3 O PROFESSOR E AS PRÁTICAS ORIENTADAS PARA O DIFERENTE

Às práticas orientadas pelos professores, cabe a importância de intervenções pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das diversidades presentes em sala de aula; e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não omitam a tal diversidade.

Desde muito cedo, podem ser educados e preparados a reconhecer a diferença como um trunfo e as diferenças como algo fascinante na vida das pessoas. Ademias, pode-se aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que esse mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas.

Os educandos precisam ser reeducados a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas. Esses mesmos educandos têm o direito de ser e se sentir acolhidos e respeitados nas suas diferenças, como sujeitos de direitos. Sua corporeidade, estética, religião, gênero, raça/etnia ou deficiência deverão ser respeitadas, não por um apelo moral, assistencialista ou religioso, mas sim porque essa é a postura esperada da sociedade e da escola.

É bom lembrar que não é preciso ter a presença física da população negra entre nós para aprendermos e sabermos respeitá-la. O respeito à diferença não deve acontecer apenas no momento em que entramos em contato direto com o outro. Ele deve ser um princípio, um eixo norteador de todo e qualquer currículo, ação pedagógica e prática social.

É nessa realidade que todos nós somos educados, inclusive as crianças pequenas. Toda via, “ainda estamos muito distantes de poder dizer que as crianças não atribuem valores superiores aos traços físicos de pessoas brancas e, inversamente, inferiores, aos dos negros” (TRINIDAD, 2011, p. 164). Sendo assim, o professor nesse processo é muito importante. A esses profissionais cabe o cumprimento de práticas pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não omitam a diversidade.

A escola tem por finalidade estabelecer os cenários políticos e pedagógicos para permitir o acesso ao conhecimento, cultivando “[...] esforços permanentes de universalização da cultura”. (MEIRIEU, 2002, p. 175). Nesse sentido, faz-se necessário buscar a escola concreta, onde habitam alunos, professores, profissionais em ações pedagógicas; a escola, onde, na atualidade, se coloca o princípio ético. Pois, é bem cedo, em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas, Kramer (1986) ressalta que:

Imaginar a criança como ser de direito e social que ela é, significa: considerar que ela tem uma história, que pertence a uma classe social definida, que constitui relações determinadas segundo seu contexto de procedência, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas. Que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas que também dá valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões de seu contexto familiar e de acordo com sua própria inserção nesse contexto. (KRAMER, 1986, p. 79).

De acordo com o exposto, podemos observar que a importância da condição da criança como sujeito de direitos é um fato contemporâneo na história do mundo, sobretudo, ressalta-se a importância histórica dessa luta social e política para envolvermos os percalços que atrapalham a sua concretização.

Os profissionais da educação necessitam ter um cuidado muito rigoroso com as atitudes, pois estas expressam crenças e, muitas vezes, preconceitos. É necessário estarem sempre revendo seus conceitos, estarem abertos a culturas

diferenciadas e serem mediadores de todas essas ações, para cada vez mais contribuírem para a formação de cidadãos que respeitem e convivam com a diversidade.

É de suma importância avaliar como vem sendo oferecido o atendimento as crianças, verificando a estrutura escolar, a qualificação dos profissionais, os materiais, pedagógicos entre outros que são fundamentais para que haja um rendimento escolar satisfatório, promovendo uma educação eficiente. Pois, sendo a educação principalmente nas series iniciais uma das mais importantes fases da vida escolar é que se entende a precisão de serem feitos investimentos que apontem o melhor atendimento dessas crianças para o processo da educação integral.

A ausência da temática racial no planejamento escolar impede a promoção de boas relações entre os elementos que integram o cotidiano da escola. O silêncio que envolve essa temática nas diversas instituições sociais favorece para que as especificidades sejam entendidas como desigualdade, e o afrodescendente, como sinônimo de desigualdade e inferioridade.

Vejamos como a existência de racismo, preconceito e discriminação, com base nos atributos étnicos, na sociedade brasileira e no cotidiano escolar, produz males a todos os indivíduos da sociedade. Para os indivíduos negros, ela acarreta, segundo Cavalleiro (1991),

▪ auto rejeição, rejeição ao seu outro igual, rejeição por parte do grupo; ▪ desenvolvimento de baixa autoestima, com ausência de reconhecimento da capacidade pessoal, timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ▪ ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; ▪ dificuldade de aprendizagem; ▪ recusa em ir para a escola e exclusão escolar. (CAVALLEIRO, 1991, P.40).

No entanto, é na ação curricular que as práticas são realizadas e as crianças pequenas aprendem a conviver umas com as outras, têm contato mais direto com as diferenças, expressam e adquirem valores. Nesse contexto, os preconceitos raciais também são aprendidos e nem sempre são alvo de uma séria intervenção pedagógica.

Cada vez mais, os profissionais da educação infantil vêm percebendo essa situação, observando que a necessidade de superação dessas práticas tem sido apontada por pesquisas e reconhecida nos documentos oficiais. Porém, ainda se

faz presente de forma muito incipiente na formação inicial e continuada dos professores.

O entendimento dessa questão no cotidiano da educação é condição para se idealizar um projeto novo de educação que possibilite a inserção social e o desenvolvimento igualitário dos indivíduos. Tal fato contribuiria para desenvolver, nas pessoas, um pensamento menos comprometido com a visão dicotômica de inferioridade/superioridade dos grupos étnicos.

A possibilidade das crianças receberem uma educação igualitária, desde os primeiros anos escolares, representa um dever de toda sociedade, pois as crianças ainda são desprovidas de autonomia para aceitar ou negar o aprendizado proporcionado pelos mediadores, tornando-se vítimas indefesas dos preconceitos e estereótipos difundidos no dia-a-dia.

Essas crianças têm o direito de ser e se sentir acolhidas e respeitadas nas suas diferenças, como sujeitos de direitos. Sua corporeidade, estética, religião, gênero, raça/etnia ou deficiência deverão ser respeitadas, não por um apelo moral, assistencialista ou religioso; mas sim, porque essa é a postura esperada da sociedade e da escola democrática que zelam pela sua infância.

A escola precisa organizar-se para demonstrar a todos a importância da pluralidade étnica na sociedade. Os educadores devem contemplar a discussão da diversidade étnica da sociedade; discutir os problemas sociais, em suas diferentes proporções, que atingem os grupos étnicos. Cavalleiro (1991), ensina- nos como agir diante das situações de preconceito e de discriminação no espaço escolar:

Os profissionais da escola devem valorizar cada reclamação de ocorrência de discriminação e preconceito no espaço escolar; ▪ as vítimas dessas situações não devem ser culpadas por tal acontecimento; ▪ quem ofendeu, humilhou ou ironizou o outro indivíduo, pautado no seu pertencimento racial, deve ser levado a entender a sua atitude como negativa; ▪ a criança que traz a reclamação, quando ofendida pelas atitudes de amigos e/ou professores, deve receber afeto e ter a certeza de que poderá contar com o respeito de todos. (CAVALLEIRO, 1991, p. 55).

As ações e o currículo devem cuidar disso. Dada à escola o dever de assegurar uma educação de qualidade, todos os envolvidos deverão indagar sobre qual tem sido o trato pedagógico dado às crianças negras, brancas e de outros grupos étnico-raciais, bem como as suas famílias e histórias. A compreensão da dinâmica das relações multirraciais no âmbito da educação

representa um recurso de avanço no combate ao racismo brasileiro e às desigualdades predominantes na sociedade.

No entanto, as práticas orientadas pelos professores é necessária uma organização didática de atividades e etapas, que podem ser transformadas e adequadas de acordo com a realidade de cada escola e dinâmica das turmas.

Isso, trata-se de um material que deve ser construído e reconstruído para que estimule a realização de novas práticas, como a ludicidade, a imaginação, a corporeidade, o ritmo, a sensibilidade, a emoção, a diversidade cultural e linguística.

Também considera-se os valores, os saberes, as leituras sobre si e sobre o mundo, as identidades de gênero, raça, etnia, entre outros, devem ser pensadas, com um olhar diferente para as especificidades das crianças. Sobre tudo, garantir que a construção de práticas pedagógicas seja direcionada para que essa etapa da educação básica se realize plenamente como direito à educação, e as crianças sejam reconhecidas como sujeitos de direitos.

Conhecer as crianças, abarcando desde suas trajetórias socioculturais e familiares até suas características físicas, socioeconômicas, afetivas e psicológicas, e saber escutar e interpretar seus desejos, interesses e motivações para acessar informações específicas, para conhecer histórias, personagens e fatos de outros tempos, para registrar descobertas, para planejar ações, para acompanhar, integrar e avaliar aprendizagens.

3 DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS E PROFESSORES NEGROS NO AMBITO ESCOLAR: ANÁLISE NA EMEF “PANTANAL DA AREIA,” EM ITAITUBA-PARÁ.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental “Pantanal de Areia”, está Localizada na Comunidade de Pantanal de Areia, estrada do Faturão, sentido Mamuru KM 60, fundada em 1998. A referida escola recebe este nome em homenagem a comunidade e a comunidade recebe este nome porque na região onde está localizada, existe grandes quantidades de areia, iniciaram as atividades de 1ª à 4ª séries multissériado.

Preocupado com o início da educação na comunidade, o presidente Alcemo Baltazar viu a necessidade de uma escola na comunidade e solicitou dos órgãos competentes. Foi fundada e passou a funcionar num simples barraco, pois não havia prédio escolar e as aulas são ministradas em espaço particular, localizada na área da comunidade.

De 2010 a 2011 a escola inicia suas atividades com o professor Ody Sandro com turma de Alfabetização a 4ª série. No ano seguinte, assume como professora responsável Aldelice Baltazar que ficou de 2012 a 2014.

Na busca de uma educação de qualidade a Secretária Municipal de Educação dividiu as turmas de multisseriado e professora Rosa, ficou como responsável de 2015 a 2016, que por motivo de saúde, teve que se ausentar. No ano letivo de 2017 a 2018 iniciou com turmas de educação infantil ao 9º ano do ensino Fundamental e com 04 funcionários.

A Escola Pantanal de Areia tem a missão de oferecer as crianças uma educação de qualidade, proporcionando-as atividades que auxiliem no desenvolvimento integral, que valorize as diversidades culturais, o respeito à inclusão, que desenvolva consciência ambiental assegurando assim o direito de exercer cidadania. A referida escola tem a visão de tornar-se respeitada e conceituada no município de Itaituba, pela excelência profissional, pela vivência cidadã, pela consolidação de uma aprendizagem significativa na zona rural e formação integral dos educandos.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho, utilizou-se de metodologias que caracterizam –se para o sucesso do mesmo. Para tanto, ocorreu uma bibliográfica com autores que abordam o tema, tais como Brasil (2003), Brasil (2012), Brasil (1988), Carneiro (2003), Gomes (2012), Munanga, (2006), (VALENTE, 1987). Utilizou-se entrevista, questionário individual, com três professores, com a finalidade de proporcionar uma visão mais ampla acerca da temática estudada, os questionários aplicados para análise, consideradas de forma explicativa, tem características de pesquisa qualitativa.

Segundo Trilla (1997:109), a abordagem qualitativa segue um processo de investigação holístico, indutivo-ideográfico, procura compreender os fenômenos e situações que estuda, ou seja, parte dos problemas reais e do questionamento da prática.

O trabalho foi direcionado por questões norteadoras que incidem em Quais desafios dos negros para a inserção no ambiente educacional? Como pode-se proceder para a inclusão do negro no ambiente educacional? A escola está preparada para a inclusão do negro, sem preconceito e discriminação?

Objetivou-se analisar os desafios do negro no ambiente educacional; Identificar preconceitos e discriminações do negro no ambiente escolar; Refletir sobre a inclusão do negro na sociedade escolar e propor sugestões para facilitar a inclusão do negro na escola.

Realizou-se a pesquisa de campo em uma escola pública da zona rural do Município de Itaituba, interior do Pará em Setembro de 2020. O educandário atende alunos ensino fundamental menor, e do 6º ao 9º ano. Destaca-se que o questionário é uma das metodologias utilizadas para obter informações analíticas e exploratórias. É uma técnica aplicada criteriosamente e apresenta confiabilidade. Segundo Vieira (2011, pag. 65) “Os questionários constituem em instrumentos de coleta de dados, especificadamente elaborados com o objetivo de obter respostas para questões que são importantes para o desenvolvimento das pesquisas.”

Após a realização da entrevista e observação, realizou-se uma análise das informações embasadas em referenciais teóricos de autores que investiga a

temática, com a coleta e análise de dados, comentários, seguido de propostas contribuintes e conclusão de todos o trabalho.

3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS

Para respaldar a efetivação desta pesquisa foram entrevistados 03 (três) professores que desempenham suas atividades em uma escola pública denominada de EMEIEF Pantanal de Areia, localizada na zona rural, sendo estas do sexo feminino e nos quais 01 (uma) possui Graduação em Pedagogia e está concluindo o curso de Pós-graduação em Educação Especial e trabalha há 03 (três) anos na referida escola, também já trabalhou em outras instituições, 01 (uma) possui Graduação em Pedagogia e Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional e trabalha há 06 (seis) anos na escola e 01 (um) possui Graduação em Pedagogia e Pós-graduação em Gestão Escolar e trabalha há 01 (um) ano trabalha como docente na referida escola.

3.4 RESULTADO DA PESQUISA COM OS PROFESSORES

Mediante aos questionamentos que foram direcionados, onde os entrevistados responderam de acordo com as atividades que desenvolvem em seu local de trabalho, investigou-se casos de preconceitos racistas em relação ao negro.

Quadro 1: Para você, por que há casos de preconceitos racistas em relação ao negro?

Fonte: Professores da EMEF "Pantanal de Areia" em Itaituba- Pará/2020.

Professores	Relatos dos entrevistados
P1	Acredito que seja pelo fato histórico, de ter sido sempre considerada uma raça inferior.
P2	Infelizmente, ainda existe racismo, pelo simples fato da pessoa querer ser melhor que a outra.
P3	Acredito que vem da historia da escravidão, pois, foram sistematicamente marginalizados e excluídos da sociedade.

Conforme os entrevistados com professores da EMEF Pantanal de Areia, em Itaituba- Pará, sobre a ocorrência de racismos e preconceitos, os mesmos responderam que acreditam que seja pelo fato histórico, pois, os negros foram sistematicamente marginalizados e excluídos da sociedade.

Na realidade, o fator histórico, da escravidão do país ainda impera em nossa sociedade, Segundo Telles (2003, p. 301-302) o racismo e a discriminação existem em todas as sociedades multirraciais. A especificidade do racismo brasileiro se deve às condições históricas de nossa formação.

É válido lembrar que o nosso país impregna uma história de 300 anos de escravidão. Entre os países da América, o Brasil foi o último a abolir a escravidão negra formal, em 1888. Há mais de um século, permaneceu arraigado no inconsciente do povo brasileiro um pensamento que tortura as pessoas negras, pois impede das mesmas se constituírem como pessoas íntegras.

O racismo foi uma ideologia criada ao longo do século XIX, que buscava justificar a escravidão retrospectivamente, identificando escravo ao negro, um legado do tipo de colonização que o Brasil foi submetido: o colonizador branco e o escravo negro.

Ocorreu outra forma comum de racismo, que a escola observa diariamente é a adoção de rodeios para fazer menção a negros ou pretos, como as palavras “moreno” e “pessoa de cor”. A seguir, abordou a questão sobre situações de preconceitos em sala de aula.

Quadro 2: Você já deparou- se com situação de preconceito em sala de aula? Comente sobre.
Fonte: Professores da EMEF “Pantanal de Areia” em Itaituba- Pará/2020.

Professores	Relatos dos entrevistados
P1	Sim. Uma aluna que também é negra, disse para outra coleguinha não brincar com a outra por ser negra. Não brinca com ela não, ela é feia e preta” disse a aluna.
P2	Graças a Deus que até o momento não aconteceu na minha presença.
P3	Muitas vezes, principalmente na hora do intervalo, os apelidos, mas, tem sempre aqueles que ofendem e soa como racismo, tipo: Macaco! Só pode ser preto, mesmo! etc.

Ao tratar- se da situação de preconceito em sala de aula, os entrevistados relataram ser comum, principalmente no intervalo, na hora do lanche, onde observa- se as afinidades ou não das crianças, uma com as outras.

Verificou-se que mesmo nos dias de hoje, ainda é comum verificar o preconceito e racismo em várias situações do dia a dia, não somente na escola, mas, em todo lugar, por exemplo, em palavras e expressões como: “a coisa está

preta”, “isso é serviço de preto”, “preto quando não faz na entrada faz na saída” etc. esses comportamentos ou atitudes discriminatórias em função da raça, etnia ou cultura. Nesse sentido, observam Ministério da Educação em parceria com o Ministério da saúde (2010).

De acordo com vários estudos e pesquisas, a escola é considerada como um dos espaços sociais em que crianças e adolescentes negros/as defrontam-se de forma mais contundente com a vivência do racismo e da discriminação racial. As situações de rejeição enfrentadas pelos alunos/as negros/as, aliadas ao silêncio dos/as profissionais da educação em relação a essas práticas, produzem graves sequelas na autoestima dessas crianças e jovens, repercutindo negativamente no seu desempenho escolar e no desenvolvimento de sua capacidade de aprendizado. É, ainda, um fator importante de evasão escolar (BRASIL, 2010, p.15)

Superar as diversas formas de expressão do racismo é um desafio para a escola, porem o professor deve melhorar a prática em sala de aula, Isso deve ser uma busca permanente, pois, a educação formal se dá de forma privilegiada neste espaço, para estagnar situações de rejeição enfrentadas pelos alunos negros no cotidiano escolar.

No entanto, acredita-se que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção e exercício de cidadania a homens e mulheres negras, por isso quis saber dos entrevistados, seus pontos de vistas, sobre os desafios dos negros para a inserção no ambiente educacional.

Quadro 3: Quais desafios dos negros para a inserção no ambiente educacional?
Professores da EMEF “Pantanal de Areia” em Itaituba- Pará/2020.

Fonte:

Professores	Relatos dos entrevistados
P1	Acredito que hoje em dia não há muito desafio para a inserção, mas, há desafio para se manter no ambiente educacional, pois, tanto faz Fundamental, médio e superior vai sempre existir a discriminação racial.
P2	São muitos os desafios, principalmente o que se refere a distorção idade serie, o porcentual de jovens negros fora da escola chega a 19% em todo o Brasil.
P3	O desafio já começa de casa, quando os pais de alunos negros resolvem matricular seus filhos, pois, já imaginam que serão de qualquer forma discriminados por seus colegas no ambiente escolar.

Diante dos comentários acima, percebe-se que é de caráter estrutural e sistêmico, a desigualdade entre brancos e negros e começa antes mesmo de ser inserido na escola, é inquestionável e persiste com a fragilidade de políticas públicas para o seu enfrentamento.

Nesse panorama, o combate à desigualdade racial na inserção do aluno na educação é essencial, enquanto elemento indispensável para qualquer mudança, de modo que sem uma educação efetivamente antirracista não é possível pensar em uma sociedade igualitária. Nesse sentido, questionou-se sobre os olhares que alunos e professores têm sobre a inclusão dos negros, no ambiente escolar.

As desigualdades acumuladas na experiência social da população negra, nos processos de escolarização tem sido denunciadas há muitos anos pelo movimento social negro, por estudiosos das relações raciais, e mais recentemente, também pelas análises no âmbito de órgãos governamentais no Brasil. São desigualdades graves e múltiplas, afetando a capacidade de inserção da população negra na sociedade brasileira em diferentes áreas e comprometendo o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades para todos.

Quadro 4: Quais os olhares que alunos e professores têm sobre a inclusão destes, no ambiente escolar? **Fonte:** Professores da EMEF “Pantanal de Areia” em Itaituba- Pará/2020.

Professores	Relatos dos entrevistados
P1	Meu ponto de vista é que todos tem direito de ter acesso a uma educação de qualidade.
P2	É difícil pra eu explicar, porque acredito que não deveria existir esses tipos de exclusão de nenhum tipo.
P3	Todos nós temos que respeitar o próximo, no entanto trabalhar desde a educação infantil a temática inclusão.

De acordo com as respostas, observar-se que os entrevistados acreditam que é inadmissível em pleno século XXI, ainda ter esse tipo de exclusão racial, mesmo com a Constituição Federal de 1824, que declarava a todos os cidadãos o direito à instrução primária gratuita, foi crescente a necessidade de “instruir e civilizar” o povo.

Falando em desigualdades acumuladas na experiência social da população negra, são desigualdades graves e múltiplas, afetando a capacidade de inserção da população negra na sociedade brasileira em diferentes áreas e comprometendo o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades para todos. Nesse sentido, investigou-se se escola está preparada para a inclusão do negro, sem preconceito e discriminação.

Quadro 5: A escola está preparada para a inclusão do negro, sem preconceito e discriminação? Justifique sua resposta. **Fonte:** Professores da EMEF "Pantanal de Areia" em Itaituba- Pará/2020.

Professores	Relatos dos entrevistados
P1	Todos os dias penso que estamos longe de está preparado 100% sobre algo, pois a cada dia as escolas recebem o reflexo de uma sociedade racista e preconceituosa.
P2	Não. A escola ainda não está preparada, mas, é na escola que devemos passar os valores de respeito, tolerância etc.
P3	Não, porque é um trabalho difícil para do professor, pois alguns têm dificuldades em trabalhar com os conflitos que as questões raciais geram.

De acordo com as respostas dos professores, pode-se observar que ambos acreditam não estarem preparados para o embate da temática preconceito e discriminação que poderia ser buscada nas próprias escolas. Certo, que a escola poderia introduzir exemplos de pessoas, hoje reconhecidas como Machado de Assis que, sobretudo foi um marco na literatura brasileira bem como no aparecimento da imprensa negra.

Na sua própria trajetória notamos também a luta pela escolarização. Por ser pobre e negro, sua infância foi dividida entre os estudos e trabalhos, estudos esse que ocorreram de maneira informal, foi alfabetizado e aprendeu a ler e escrever dentro de casa. Para tanto, sabe-se que, uma das metodologias utilizadas pelos professores para transmitir a história da cultura afrodescendente são os livros didáticos, especialmente os de história. Dessa forma, há de se reconhecer que a história do Brasil foi contada sob a perspectiva dos governantes vigentes de cada época. Nesse sentido verificou-se a possibilidade da escola trabalhar o preconceito e o racismo e qual a forma de desenvolver este trabalho.

Quadro 6: A escola trabalha o preconceito e o racismo? Como? **Fonte:** Professores da EMEF "Pantanal de Areia" em Itaituba- Pará/2020.

Professores	Relatos dos entrevistados
P1	Sim. Somente no dia da consciência negra
P2	Trabalhamos de acordo com os conteúdos do livro didático e enfatizamos na semana da consciência negra.
P3	Sim. Temos projeto no mês de novembro

Observa-se que na escola pesquisada, os professores trabalham sobre preconceito e racismo, somente no dia da consciência negra, acredita-se para

justificar a implementação da Lei 10.639/03, que tardia foi criada, oficializando o dia 20 de novembro como dia Nacional da Consciência Negra, e que torna obrigatório o ensino de Cultura Afro-brasileira.

Para entanto, a escola necessita se propor a divulgação e a produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial para interagirem na construção de uma nação democrática, justa e inclusiva em que todos igualmente tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. Para tanto procurou-se saber como amenizar para amenizar o racismo, em pleno século XXI, onde deve prevalecer a cidadania e os direitos de todos, à educação.

Quadro 7: Do seu ponto de vista, o que fazer para amenizar o racismo, em pleno século XXI, onde deve prevalecer a cidadania e os direitos de todos, à educação? **Fonte:** Professores da EMEF "Pantanal de Areia" em Itaituba- Pará/2020.

Professores	Relatos dos entrevistados
P1	Punir de verdade, pois existem leis, mas tudo para tudo há uma brecha na hora de punir.
P2	Para amenizar o racismo somente através da Educação que passa a ser entendida como fator primordial para ingresso do ser humano na sociedade.
P3	Acredito que fazer readequação dos materiais didáticos que promovam o combate ao racismo e as discriminações e leis mais severas.

É notório observar nas respostas dos entrevistados que as leis contra o racismo, ainda não são totalmente aplicada como deveria, mas o combate contra o racismo chega ao século XXI bastante forte e atuante. No Brasil, pretende-se eliminar o preconceito e o racismo através de criação de leis; porém, é importante dizer também que é necessária, além da conscientização, a educação, que é o principal instrumento que poderá trazer esclarecimento a todos. E a própria inclusão do negro na sociedade escolar. Infelizmente, a história da educação e escolarização dos negros e negras no Brasil, foi marcada por uma caminhada de desigualdades que se verifica até os dias atuais.

O que, de certa forma, forçou mais uma vez o debate sobre a questão racial no Brasil e a situação que o negro é visto pela sociedade, provocando mais ganho com a aprovação da Lei 12.711/12, que abre as portas de acesso à educação superior, não só tornando a população negra representada através de sua história e cultura, como os colocando em um novo cenário, o de protagonista e produtores

do seu próprio conhecimento, garantindo a estes o acesso às universidades públicas e privadas através das cotas raciais.

Há dificuldades da sociedade brasileira em reconhecer que há desigualdade racial no país; inferiorização da pessoa negra no imaginário social, dentre outras situações. Também confere-se com menores expectativas e estímulos para alunos negros ao longo do percurso educacional e o ingresso mais tardio de negros na escola, acompanhado de ritmo de progressão mais lento e índices de evasão e repetência maiores.

3.5 PROPOSTAS CONTRIBUENTES

De acordo com o resultado da pesquisa em Pantanal de Areia, foi necessário a sugestão de algumas propostas para contribuir com o trabalho docente na referida escola, sobre a inclusão de negros no ambiente educacional:

1. Promover eventos interativos.
2. Socializar em sala de aula.
3. Desenvolver palestras com os pais, sobre o não preconceito e a educação dos filhos em casa.
4. Fazer eventos na escola que impliquem o respeito às etnias e especialmente o negro.

A partir dessas propostas, espera-se que o preconceito em relação ao negro e às outras etnias, seja trabalhada com mais frequência, a fim de evitar discriminações em um país formado com raças, cores, credos ou religiões.

CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão de curso objetivou analisar os desafios da inclusão do negro na sociedade educacional, com percepções de professores da EMEIEF Pantanal de Areia, em Itaituba- Pará. Com base nos acontecimentos históricos e diários que a têm colocado como tema altamente polêmico a ser tratada dentro das escolas públicas brasileiras, a pesquisa foi organizada em três capítulos que contextualizaram o tema dentro de uma problemática constante, e ainda bem recorrida nos dias atuais.

A partir das análises das entrevistas de quais desafios dos negros para a inserção no ambiente educacional ainda se permite perceber que a problemática da deficiência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil revela que não são os povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação.

Diante disso, os olhares que professores têm sobre a inclusão do negro no ambiente escolar é que é inadmissível em pleno século XXI, ainda ter esse tipo de exclusão racial, por conta do aconteceu em tempos atrás.

No entanto, sobre o questionamento da preparação da escola para a inclusão do negro, sem preconceito e discriminação, os professores não sentem-se seguros para o embate da temática, pois o tema preconceito racial é um assunto atual e de grande abrangência em nossas escolas, seja ela do campo ou da cidade, percebe-se constantemente nas aulas as piadinhas, brincadeiras que mexem com a autoestima de nossos alunos, e sendo assim, corriqueiro, e essa preparação está cada dia mais ausente do professor ou da própria sociedade.

Apesar dos avanços e transformação da sociedade, com diversas leis, o desafios dos negros para a inserção no ambiente educacional ainda é difícil, porque as relações de comportamentos discriminatórias são interiorizadas e difíceis de serem mudado, o que nos leva a crer que a escola não está preparada para a inclusão do negro nessa perspectiva.

Diante dos fatos elencados durante a realização desta pesquisa ficaram evidentes que na educação brasileira, no momento atual, deve-se compreender as lutas vencidas, como exemplo as leis 310.639/03 e 11.645/08 que, alterou os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases 9.394-1996, que tornou obrigatório o

ensino da temática história e cultura afro-brasileira e indígena, os fatores que as ameaçam; e as lutas políticas que se tem que enfrentar para conquistar a igualdade racial na educação. É preciso contextualizá-la em função das forças políticas que ora fazem avançar e ora ameaçam as conquistas conseguidas.

Portanto, a conscientização de todo ambiente escolar deve ser diário dentro da escola e contínuo fora dela, o professor deve melhorar a prática em sala de aula, prezar pela qualidade daquilo que se ensina no cotidiano da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei 10.639, de 09 de Janeiro de 2003**. Disponível em: Acesso: 17/01/2020.

BRASIL. **Lei 12.711, de 29 de Agosto de 2012**. Disponível em: Acesso em: 17/01/2020.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: Acesso em: 17/01/2020.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2005.

BRASIL, **Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/CNE, 2004.

_____. **Conselho Nacional de Educação. Lei nº 10.639/03**. Brasília. MEC/CNE. 2003.

_____. **Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 017/2001**. Brasília. MEC/CNE 2001. _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

CARNEIRO, L.T. Maria. **O racismo na História do Brasil**. 8. Ed. São Paulo: Ática, 2003.

CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1998.

CUNHA Júnior, Henrique. **Textos para o movimento negro**. São Paulo: Edicon, 1992.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Me chamaram de macaco e eu nunca mais fui à escola**. Fortaleza: Programa de Pós-graduação em Educação, 1998. Mimeo.

_____. **Africanidades, afrodescendência e educação**. Revista Educação em Debates, [S.l.], ano 23, v.2, n.42, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o mini-dicionário da língua portuguesa**. 6. ed. Rev. atualiz. Curitiba: Positivo, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe: no limiar de uma nova era**. vol 2. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Aline Albuquerque. **O Brasil e o preconceito: uma análise teórica e crítica da Lei 7.716/89 frente à realidade brasileira.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVIII, n. 134, mar. 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** 48ª ed., São Paulo: Global Editora, 2003.

GIROUX, Henry. **Para além das teorias da reprodução: teoria crítica e resistência em educação-** Petrópolis: Vozes, 1986.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro e Educação: Ressignificando e politizando a raça.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia,** São Paulo, Editora 34, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2010). **Adolescentes e jovens para a educação entre pares: Raça e etnias (Coleção Saúde e Prevenção nas Escolas, Vol. 6).** Brasília: Ministério da Saúde. Acessado 20 Outubro. 2020. Disponível: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/guia_racas.

MUNANGA, Kabenguele. **Negritude: uso e sentidos.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte. Autêntica: 2006.

OLIVEIRA, M. Inês C., **O liberto: o seu mundo e os outros-** Salvador, 1790/1890, São Paulo, Corrupio, 1988.

OLIVEIRA, Lúcio. **Tímido ou indisciplinado?.** 1ªed. São Paulo: Ministério da Educação, 2007.

OLIVEIRA, Lúcio. **Tímido ou indisciplinado?.** 1ªed. São Paulo: Ministério da Educação, 2007.

RIBEIRO, Matilde. **Apresentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana.** MEC/SEPP/IR. Brasília. 2005.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil.** São Paulo, SP: Selo Negro, 2009.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano.** Ática: São Paulo: 2008.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

VALENTE, Ana Lucia E.F. **Ser negro no Brasil hoje.** São Paulo: Moderna, 1987.

APÊNDICES



FACULDADE DE ITAITUBA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA- LTDA

Este questionário é parte integrante de um trabalho de conclusão de curso, do curso Pedagogia da Faculdade de Itaituba, intitulado "Desafios da inclusão de alunos e professores negros no âmbito escolar".

QUESTIONÁRIOS PARA OS PROFESSORES

Identificação:

*Sexo: _____ Idade: _____

*Graduação: _____

*Pós-
graduação: _____

*Tempo de trabalho na
educação: _____

* Já trabalhou em outra instituição de
ensino? _____

1. Para você, por que há casos de preconceitos racistas em relação ao negro?

2. Você já deparou-se com situação de preconceito em sala de aula? Comente sobre.

3. Quais desafios dos negros para a inserção no ambiente educacional?

4. Quais os olhares que alunos e professores têm sobre a inclusão destes, no ambiente escolar?

5. A escola está preparada para a inclusão do negro, sem preconceito e discriminação? Justifique sua resposta.

6. A escola trabalha o preconceito e o racismo? Como?

7. Do seu ponto de vista, o que fazer para amenizar o racismo, em pleno século XXI, onde deve prevalecer a cidadania e os direitos de todos, à educação?

Obrigada!